ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA



Dom Gregório Ben Lâmed Paixão, OSB

Por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica Arcebispo Metropolitano de Fortaleza

Aos que as presentes letras virem, saudação, paz e bênção em nosso Senhor Jesus Cristo.

DECRETO Nº 005/2025

Sobre a AUTORIZAÇÃO de funcionamento para as NOVAS COMUNIDADES na Arquidiocese de Fortaleza

O Arcebispo Metropolitano de Fortaleza, no exercício do seu múnus pastoral e de sua missão de discernir os carismas que surgem no seio da Igreja, tendo presente a comunhão eclesial e a necessária prudência no acompanhamento de novas formas de vida evangélica (cf. Vita Consecrata, 62) e apostolado,

Considerando o crescente número de iniciativas de leigos e leigas que, movidos por um carisma particular, têm buscado constituir Novas Comunidades de Vida e/ou de Aliança, e a consequente necessidade de preservar a comunhão e a unidade da Igreja, bem como assegurar a idoneidade doutrinal, disciplinar e pastoral dessas experiências;

Tendo em vista que é dever da Autoridade Eclesiástica local discernir, acompanhar e eventualmente autorizar, conforme o caso, a atuação dessas Comunidades em âmbito Diocesano;

Havendo comunidades que, mesmo antes de qualquer reconhecimento formal, desejam viver sob inspiração de um carisma fundacional com desejo de servir à missão da Igreja;

DECRETO

Toda iniciativa de grupo de fiéis que, surgindo no seio da vida eclesial, especialmente a partir de grupos de oração, manifeste o desejo de trilhar um caminho comunitário sob a inspiração de um carisma específico, deverá, desde o início, manter diálogo com a Autoridade Eclesial da realidade na qual atua (paróquia e/ou outros âmbitos pastorais) onde estiver inserida, acolhendo suas orientações e participando ativamente da vida pastoral da Igreja local. Enquanto não receber o devido discernimento e autorização da Autoridade Eclesiástica competente, tais experiências devem ser identificadas como GRUPOS DE ORAÇÃO ou outras formas pastorais, não podendo ser formalmente reconhecidas como NOVA COMUNIDADE.

Para solicitar autorização de funcionamento como NOVA COMUNIDADE, exigese a comprovação de, no mínimo, cinco anos de caminhada estável e contínua do Grupo de Oração ou outra forma pastoral precedente, marcada por fidelidade ao carisma proposto, testemunho de vida cristã eclesial, comunhão com a Igreja e disposição para o discernimento da Autoridade Arquidiocesana.

Após a AUTORIZAÇÃO, no caminho de discernimento para um eventual RECONHECIMENTO, devem ser constituídos e apresentados ao Arcebispo Metropolitano de Fortaleza seu Estatuto Civil registrado, bem como uma proposta inicial de Estatuto Canônico, os quais serão avaliados e, se necessário, reformulados com o acompanhamento da Autoridade Arquidiocesana, a fim de garantir conformidade com a Doutrina e a Disciplina da Igreja.

Declara-se, no entanto, que a AUTORIZAÇÃO não configura vínculo jurídicocanônico com a Arquidiocese de Fortaleza, não implica reconhecimento formal como associação pública ou privada de fiéis e não confere personalidade jurídica eclesiástica.

Em caso de denúncia fundamentada de comportamento delituoso envolvendo membros idealizadores do carisma, especialmente em matéria de moral ou integridade dos membros, o processo de discernimento será suspenso até que haja a devida apuração dos fatos. Esta deverá ocorrer junto às autoridades civis competentes, dado que, na ausência de vínculo jurídico-canônico, a Arquidiocese não possui competência para instaurar procedimento canônico ou disciplinar.

A eventual prorrogação da AUTORIZAÇÃO AD EXPERIMENTUM ou o encaminhamento do pedido de RECONHECIMENTO CANÔNICO seguirá critérios objetivos de discernimento, sob parecer do Arcebispo Metropolitano de Fortaleza, sempre em diálogo com os membros competentes do Clero que acompanham essa realidade eclesial e em conformidade com as normas da Igreja.

Após os trâmites legais de AUTORIZAÇÃO e RECONHECIMENTO, tendo sido vencidos os prazos de tempo estabelecidos pela Autoridade Eclesiástica, sem que haja da parte da NOVA COMUNIDADE nenhuma pendência estatutária, canônica e de disciplina, esta poderá receber o Decreto de APROVAÇÃO DEFINITIVA, após criterioso discernimento e parecer favorável do Arcebispo Metropolitano de Fortaleza.

Dado e passado nesta Cidade Metropolitana de Fortaleza e Câmara Arquiepiscopal, sob nosso Sinal e Selo de nossas armas, aos 28 de agosto de 2025.

Re Francisco Valterribus trogas Riber Pe. Francisco Valternilo Santiago Ribeiro

Chanceler da Cúria

Arcebispo Metropolitano de Fortaleza

Livro.....Folha Nº.005 Data29 J.28 J2025